

SANTOS, Sílvia Letícia Bezerra; COSTA, Guilherme Luiz Pereira. A mulher indígena como símbolo de resistência no Rio Grande do Norte: gênero e trabalho na comunidade Mendonça do Amarelão. *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, v1., n.1, jan-jul de 2021, p. 80-95, ISSN (Em Solicitação).

A MULHER INDÍGENA COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE: GÊNERO E TRABALHO NA COMUNIDADE MENDONÇA DO AMARELÃO

Indigenous Women as a Symbol of Resistance in Rio Grande do
Norte: gender and work in the Mendonça do Amarelão
Community

Sílvia Letícia Bezerra Santos¹
Guilherme Luiz Pereira Costa²

Resumo: O presente trabalho busca analisar a importância da representatividade feminina na comunidade indígena dos Mendonça do Amarelão, comunidade esta que se localiza na cidade de João Câmara, no interior estado do Rio Grande do Norte. Seu histórico de conquistas está sempre associado à luta feminina em prol de seus direitos e os da comunidade. Consideramos relevante destacar o fato de que as maiores lideranças da comunidade são representadas por mulheres. Para esta pesquisa, utilizamos a História Oral como principal metodologia a ser aplicada. No entanto, apesar de entendermos não ser necessário trazer na íntegra e referenciar os relatos orais das mulheres interlocutoras, é necessário analisar seus posicionamentos, tornando a análise de suas falas recorrente no desenrolar do texto. O mesmo conceito aplica-se para a compreensão do processo de (re)construção da identidade indígena na comunidade do Amarelão. Assim, serão problematizadas percepções que foram encontradas em entrevistas recentes, de forma indireta, de mulheres que trabalham no grupo de artesanato indígena nomeado como *Motyrum Caaçu*. Esse grupo de artesanato foi criado com o objetivo de manter a cultura indígena presente na comunidade, e para tal finalidade, o artesanato consiste em um elemento significativo, uma vez que produz a materialidade da identificação da memória. Além disso, a produção do artesanato pode ser considerada como algo essencial no que diz respeito à expressão da cultura.

Palavras-chave: mulher indígena, Mendonça do Amarelão, direitos, etnografia

¹Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). E-mail: silvialeticiahist0@gmail.com.

²Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN); Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais pela UERN; Professor de Sociologia da rede pública do Estado do Rio Grande do Norte. Graduando em História pela UERN. E-mail: guilhermelpcosta15@gmail.com.

ABSTRACT: This article seeks to analyze the importance of female representation in the indigenous community of the Mendonça do Amarelão. This community is located in the city of João Câmara, in the interior of the state of Rio Grande do Norte. Her record of achievements is always associated with women's struggle for their rights and for the community. We consider it relevant to highlight the fact that the greatest leaders in the community are represented by women. For this research, we used Oral History as the main methodology to be applied. However, although it is understood that it is not necessary to bring in full and reference the oral reports of the women interlocutors, it is necessary to analyze their positions, making the analysis of their speeches recurrent in the course of the text. The same concept applies to understanding the process of construction of the indigenous identity in the Amarelão's community. Thus, perceptions that were found in recent identifications, indirectly, of women who work in the indigenous handicraft group named as *Motyrum Caaçu* will be problematized. This group of handicrafts was created with the objective of keeping the indigenous culture present in the community, and for such relevant, handicraft is a significant element, since it produces the materiality of memory identification. Furthermore, a handicraft production can be considered as something essential with regard to the expression of culture.

Keywords: indigenous woman, Mendonça do Amarelão, rights, ethnography

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho busca refletir sobre uma pesquisa em comunidade indígena no estado do Rio Grande do Norte, onde procuramos perceber a trajetória de lutas de mulheres que se identificam enquanto indígenas. Nesse sentido, fazemos uso de bibliografia relevante que se adequa à discussão a respeito da história e cultura indígena, especialmente das mulheres que se enxergam quanto tal, a partir de etnografia, fruto das pesquisas em *locus*. Além disso, a pesquisa desenvolvida visava destacar a reconstrução da memória dos indígenas da Comunidade do Amarelão.

Desta forma, tornou-se necessário fazer o levantamento de fontes que poderiam elucidar como são construídas as identidades indígenas nas comunidades. Para isso, é preciso tentar esclarecer as rupturas que envolvem a respectiva comunidade, entender como seus moradores mantêm os seus costumes reconhecidamente indígenas e compreender, a partir das narrativas orais das mulheres, como esse processo vem sendo sucedido.

Para esta pesquisa, utilizamos como principal metodologia a ser aplicada o que diz respeito à utilização da História Oral. No entanto, apesar de entendermos não ser necessário trazer na íntegra e referenciar os relatos orais das mulheres interlocutoras, é necessário analisar seus posicionamentos, tornando a análise de suas falas recorrente no desenrolar do texto. Assim, serão problematizadas percepções que foram encontradas em entrevistas recentes, de forma indireta, de mulheres que trabalham no grupo de artesanato indígena nomeado como *Motyrum Caaçu*.

Entendemos ser preciso procurar não poupar esforços para compreender o que leva essas referidas pessoas a se identificarem enquanto indígenas. Fora isso, vale dizer que se torna necessário buscar entender os fatores que servem para impulsionar as comunidades a carregarem consigo o discurso de que elas possuem um passado indígena que merece ser lembrado. Torna-se interessante adiantar que a questão de se autoreconhecer como Amarelão possui um caráter bastante heterogêneo, tendo em vista que, como acontece frequentemente, nem todos os moradores da respectiva comunidade entendem ser ou se assumem enquanto descendentes dos povos indígenas. Destarte, além do não reconhecimento de si, outros sujeitos ainda optam por serem denominados como caboclos ou, nesse caso, até mesmo pela denominação referente aos primeiros habitantes da comunidade do Amarelão, os chamados Mendonça, por exemplo.

Buscamos trazer para o debate a discussão existente em torno dos assuntos abordados que circunscrevem pessoas que se consideram indígenas. Contudo, este trabalho se apresenta focando no papel

desempenhado pela mulher indígena na comunidade do Amarelão. Portanto, entendemos ser necessário procurar demonstrar como esse enfoque contribui para o fortalecimento da cultura na referida comunidade indígena.

Por vez, a pesquisa de campo mostrou que o papel social da mulher dentro da comunidade é de significativo destaque, haja vista que são elas quem ocupam cargos de liderança na Associação Comunitária, reivindicam os seus direitos diante do Estado nacional, atuam nas salas de aula da escola do Amarelão, produzem o artesanato e estão dentro das universidades, por exemplo.

Em suma, nosso trabalho está dividido em uma parte em que nos empenhamos a discutir sobre a condição dos povos indígenas no Brasil, perpassando o histórico de preconceito, discriminação e dizimação, em especial no estado do Rio Grande do Norte. Em seguida, trazemos uma reflexão a respeito da presença e importância da mulher indígena na comunidade do Mendonça do Amarelão, discutindo sobre o papel singular feminino na organização e economia de tal espaço.

APAGAMENTO DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NO BRASIL

Preconceito e a discriminação são fenômenos vivenciados constantemente pelos povos indígenas brasileiros na atualidade, principalmente no que diz respeito aos povos indígenas nordestinos, pois há um distanciamento desta figura indígena que ainda está bastante cristalizada no passado. Tais fenômenos de incompreensão têm levado populações indígenas a se esconder, a ocultar suas identidades. Nesse sentido, levando em conta o caso do Rio Grande do Norte, por muito tempo se afirmou que não existia mais povos indígenas no estado.

Desde a chegada dos europeus no Rio Grande do Norte e início da colonização e catequização, houve um apagamento das identidades indígenas nos registros oficiais do estado, sobretudo nos censos demográficos. Nesse sentido, a historiografia oficial, escrita inicialmente fora dos contextos acadêmicos e por pessoas da elite, fora uma das responsáveis por colocar as identidades indígenas em um lugar à margem da narrativa.

Essa narrativa oficial ajudou a cristalizar no senso comum a ideia de que não existia mais indígenas no Rio Grande do Norte e, os que sobraram, teriam sido assimilados (CAVIGNAC, 2003). Assim, levando em consideração questões sobre pureza racial, o discurso levanta a ideia de que não havia mais indígenas propriamente ditos, como aqueles encontrados pelos portugueses nos primórdios da colonização no/do Brasil. Persistia a ideia de que os povos originários teriam sofrido com a miscigenação a perda total de suas culturas ao longo dos anos.

É importante citar que o contato com o colonizador não fez com que os povos indígenas que habitavam nosso país perdessem totalmente seus aspectos culturais. Dessa forma, o que entendemos como cultura brasileira também apresenta elementos adquiridos a partir de tal contato. Não existindo, portanto, um processo de aculturação, de perda de identidade ou identidades, mas aconteceram transformações em ambos os lados do contato.

Sendo assim, seja por terem, historicamente, incorporado hábitos que não são considerados como hábitos tipicamente indígenas ou, principalmente, por ainda continuarem lutando pelo direito de praticar os costumes herdados de seus ancestrais, esses sujeitos têm sido alvo de ideias racistas desde o primeiro contato com os europeus.

Vale salientar que o reconhecimento dos povos indígenas tem sido cada vez mais dificultoso por causa do preconceito:

O preconceito é um dos maiores problemas do Brasil atual. Esse problema pode ser mostrado de forma mais evidente ao analisar a situação dos povos indígenas. Desde os primeiros contatos com o homem europeu, o índio sempre foi estigmatizado, e sobre sua imagem foi criado um estereótipo que, na maioria das vezes, mostra-o como inferior. O nativo brasileiro era e ainda é concebido por muitos como inferior e sua cultura é tida como rústica, selvagem e estranha (BOADANA, 2015, p. 76-77).

Além disso, como salientamos, é interessante ter em vista que o histórico de preconceito, discriminação e perseguição é mantido nos dias atuais:

Tal preconceito em relação ao índio tem crescido sobremaneira nos dias atuais. O aumento se dá muitas vezes por questões políticas e ainda por alienação e ignorância por parte da população que criou uma imagem de índio e nela se prendeu. Essa concepção de indígena pautada na ignorância da população fez com que surgissem também falsas ideias sobre a cultura dos povos tradicionais. O senso comum pensa o nativo a partir de uma figura imaginária criada pelo arquétipo presente nos costumes em que está inserido. Desta maneira, criam-se mitos, boatos, mentiras acerca dos povos e das culturas indígenas (BOADANA, 2015, p. 76-77).

Por outro lado, como forma de resistir e superar as concepções racistas que os perseguem, povos e comunidades indígenas elencam diversos fatores que buscam manter ou modificar o processo de identidade que aparece dentro das mesmas. Assim, existem entidades que apoiam e impulsionam a militância em movimentos de luta indígena pela resistência nas próprias localidades (BICALHO, 2010). Além do empenho nas comunidades onde encontram-se presentes, é também por meio de uma educação específica, diferenciada e bilíngue, assegurada pelo Estado, por exemplo, que os indígenas tentam enfrentar e superar os obstáculos que surgem para se pensar a manutenção de seus costumes.

Acreditando ser de suma relevância reconhecer a figura indígena historicamente na construção do que entendemos ser o nosso país. Portanto, para reconhecer o valor dos povos indígenas, torna-se imprescindível citar que, atualmente, ainda contamos com a presença em território brasileiro, mas, quando comparado ao número de indivíduos que habitavam aqui antes da colonização, são poucos, ou pelo menos, é pequeno o número de pessoas que ainda se identificam como tais:

Os povos indígenas do Brasil vivem atualmente um momento especial de sua história no período pós-colonização. Após 500 anos de massacre, escravidão, dominação e repressão cultural, hoje respiram um ar menos repressivo, o suficiente para que, de norte a sul do país, eles possam reiniciar e retomar seus projetos sociais étnicos e identitários. Culturas e tradições estão sendo resgatadas, revalorizadas e revividas. Terras tradicionais estão sendo reivindicadas, reapropriadas ou reocupadas pelos verdadeiros donos originários. Línguas vêm sendo reaprendidas e praticadas na aldeia, na escola e nas cidades. Rituais e cerimônias tradicionais há muito tempo não praticados estão voltando a fazer parte da vida cotidiana dos povos indígenas nas aldeias ou nas grandes cidades brasileiras [...] Isto é um retorno ao passado ou puro saudosismo? De modo algum. Isto é identidade indígena e orgulho de ser índio (BANIWA, 2006, p. 39).

Enquanto pesquisador indígena, o autor supracitado demonstra otimismo acerca da condição das populações indígenas diante desse novo momento na história dos povos originários:

É ser o que se é, como acontece com todas as sociedades humanas em condições normais de vida. Passado um longo período institucionalizado de repressão (pois ainda é forte no Brasil a repressão cultural não-institucionalizada, não oficial, percebida, por exemplo, na implementação das políticas públicas e no reconhecimento pleno dos direitos garantidos, como o direito à terra, à educação e à saúde adequada), as novas gerações de jovens indígenas parecem carentes de uma identidade que os identifique e lhes garanta um espaço social e identitário em um mundo cada vez mais global e, ao mesmo tempo, profundamente segmentário no que diz respeito à cultura, à ancestralidade, à origem étnica, a partir das quais os direitos econômicos, sociais, culturais contemporâneos se articulam e se fundamentam (BANIWA, 2006, p. 39).

Além disso, não estará destinando para eles apenas o passado, mas será possível compreender que os povos indígenas brasileiros são sujeitos de direitos à existência como qualquer ser humano, uma vez que suas especificidades não deveriam ser sinônimo de inferioridade (ALMEIDA, 2010). Contudo, para percebermos a importância da figura indígena para a história e constituição de nossa sociedade, é necessário pensar um processo que requer um debate acerca das raízes brasileiras.

Há quem saliente a importância de discutir sobre buscar reverter a maneira estigmatizada e preconceituosa como os povos originários são jogados no passado e como isso tem contribuído significativamente para a

desvalorização de diversos grupos étnicos no Brasil. Como exemplo, “basta lembrarmos em que modos ocorrem as comemorações do dia do índio nas escolas já que ainda é comum vermos crianças de cara pintada portando um cocar feito com papel lembrarem que o 19 de abril é dia de índio” (JESUS, 2011, p. 07).

A abordagem em torno da temática e da questão indígena pode nos levar a compreender como se iniciaram as lutas de reivindicação e quais os motivos que os impulsionaram a se assumirem enquanto indígenas. Fora isso, é interessante citar que, conforme destaca Funari e Piñon (2011), conhecer a história e a cultura das populações indígenas brasileiras é conhecer as nossas próprias raízes.

Nesse sentido, ainda é necessário frisar que esse processo de identificação acontece mesmo diante de uma série de concepções equivocadas voltadas à cultura de grupos ditos extintos. No caso da nossa pesquisa, entendemos relevante refletir sobre a identificação de indígenas no estado do Rio grande do Norte.

Durante muito tempo, a historiografia negou a existência dos povos indígenas em território potiguar. Contudo, em contrapartida ao histórico de desaparecimento indígena, Guerra (2007) afirma que essa ideia de ausência de indígenas em território potiguar não corresponde à realidade. A respectiva pesquisadora percebeu que houve “uma supressão crescente de certos contingentes populacionais, em especial dos grupos indígenas, que foram sistematicamente enquadrados em categorias genéticas como ‘mestiços’, ‘caboclos’” (GUERRA, 2007, p. 29).

No lugar da ideia de não existência, é percebido um processo histórico que levou os indígenas a se denominarem enquanto sujeitos de outros seguimentos. Assim, é preciso acrescentar que, entre os diversos fatores que contribuem para o afastamento dos povos originários de suas culturas, “muitos indígenas que nasceram depois desse processo de confinamento contínuo não conheceram a cultura tradicional de seu coletivo étnico” (ZIMMERMANN; SERAGUZA; VIANA, 2015, p. 108).

Contrariando as estatísticas e os intelectuais que travavam do assunto, de acordo com Guerra (2009), é possível falar que não deixou de existir presença indígena no estado do Rio Grande do Norte. Dito isso, fazendo uso de história oral, sobretudo pela limitação de documentação que verse acerca do assunto, a respectiva pesquisadora esclarece que a existência de indígenas em território potiguar era conflituosa.

Trazendo o caso específico de indígenas da comunidade do Amarelão, situada na cidade de João Câmara, podemos discutir o interesse em conceber a extinção de populações indígenas no estado, uma vez que, desde a chegada dos moradores dessa comunidade, no início do século passado, eles se encontram constantemente em conflito com pessoas com

maior poder aquisitivo, pessoas essas que visam as terras habitadas pelos povos originários.

Quanto ao que consumimos a respeito da história indígena potiguar, advém de intelectuais oriundos de uma elite, não sendo necessariamente vinculada à academia. Esse fato, conforme discute Cavignac (2003), reflete em um apagamento dos aspectos indígenas do estado, uma vez que, aqueles que escreviam sobre os povos originários, eram os mesmos que detinham algum interesse no suposto fim da presença indígena.

Nesse sentido, até o início do século XXI, a academia também consumia o discurso de extinção e de assimilação total de indígenas no estado do Rio Grande do Norte. Contudo, o processo de autoidentificação dos sujeitos demonstra que a realidade não estava de acordo com a teoria.

Por sua vez, situando nosso campo de pesquisa geograficamente, a Comunidade do Amarelão localiza-se na cidade de João Câmara, no estado do Rio Grande do Norte, município esse distante aproximadamente 72,45 km da capital do estado. O Amarelão conta com um número significativo de pessoas, sendo composta por 280 famílias e por cerca de 1100 habitantes que se consideram enquanto uma grande família. Essa grande família, se mantém presente na luta e resistência em defesa da identidade indígena desse grupo.

Destacamos que a questão da identidade no Amarelão possui um caráter bastante heterogêneo, haja vista que nem todos os moradores da respectiva comunidade se assumem enquanto indígenas. Alguns preferem ser chamados de caboclos ou até mesmo pela denominação referente aos primeiros habitantes da comunidade, os “Mendonça”.

Um outro aspecto a ser considerado é sobre a questão da identidade dos ‘Mendonça’. Apesar de sua memória-histórica referir-se a uma origem indígena, no entanto, apenas pequena parte do grupo assume essa identidade, mas de forma cautelosa. Sabemos que ao longo dos séculos, tornou-se mais conveniente não ser revelada a identidade indígena. Essa tática do silêncio foi uma defesa em contraposição ao sistema político-econômico que crescia seus domínios nos territórios indígenas e que usou sempre de muita violência contra as populações aborígenes através de perseguições, discriminações etc. Também os discursos oficiais históricos e ideológicos inibiam (inibem) qualquer atitude de oposição desses indivíduos contra essa poderosa hegemonia. E assim, muitos ‘caboclos’ optaram (optam) pelo anonimato (GUERRA, 2003, p. 193).

Além do mais, é percebido que a ativa participação das mulheres dentro das comunidades tem se tornado, de fato, um fenômeno de extrema importância para refletir sobre a divisão sexual entre os sujeitos, uma vez que seus históricos de conquistas estão sempre associados à luta feminina em prol de seus direitos e os da comunidade do Amarelão. Por isso, é preciso levar em conta e destacar o fato de que as maiores lideranças da respectiva

comunidade são reconhecidamente representadas por mulheres, contrapondo-se assim ao tipo convencional de protagonismo masculino:

A Um papel feminino estabelecido culturalmente, até a atualidade, é o da mulher como esposa. O aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho fabricados e manejados por homens, deu ao marido um motivo de acúmulo de bens. Isto levou à inversão da estrutura familiar, passando a mulher para o clã do marido. Da antiguidade à idade média, os casamentos eram combinados sem o consentimento da mulher e, a união, não consagrava o amor e sim um contrato entre o pai da noiva e a família do pretendente (SILVA et al., 2005, p.73).

A mulher indígena no Amarelão é aquela que extrapola a convencional “recatada e do lar”, sendo ela, protagonista de sua própria história, procurando estabelecer estratégias para se manter como detentora de ações que historicamente não foram aceitas pela civilização fruto da colonização.

O PAPEL DA MULHER INDÍGENA NA COMUNIDADE DO AMARELÃO

Quando se trata de mulheres indígenas, elas “passam a ter cada vez mais presença pública e com demandas e reivindicações próprias” (LEAL; ENEIDA; ANDRADE, 2012, p.08). Por meio das mulheres, diversos trabalhos sociais foram desenvolvidos, destacando-se o grupo de artesanato indígena “*Motyrum Caaçu*”, a cozinha comunitária “*Aiyras d'Aram*”, além disso, elas também são responsáveis pela liderança da Associação Comunitária do Amarelão (ACA). Assim, o Amarelão utiliza os seus projetos para poder lembrar o passado e conservar a memória e a história dos primeiros moradores da comunidade. O passado a ser lembrado vai integrar valores que podem ser fundamentais para a construção da identidade deste povo.

O grupo de artesanato *Motyrum Caaçu* pode ser considerado como o causador do rompimento com uma série de paradigmas, alcançando prestígio e reconhecimento dentro do Amarelão e pela comunidade exterior. A partir do grupo, as mulheres do Amarelão chegaram a ter suas peças comercializadas em grandes feiras, até mesmo em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte.

Esse grupo de artesanato foi criado com o objetivo de manter a cultura indígena presente na comunidade, e para tal finalidade, o artesanato consiste em um elemento significativo, uma vez que produz a materialidade da identificação da memória. Além disso, a produção do artesanato pode ser considerada como algo essencial no que diz respeito à materialidade da cultura. Através da mesma, a identidade indígena pode ser lembrada e resgatada. Logo, o *Motyrum Caaçu* é entendido como elemento essencial nesse processo de reconstrução cultural.

Vale acrescentar que as respectivas mulheres indígenas receberam vários prêmios em dinheiro para manter e adquirir novos recursos para o desenvolvimento do trabalho artesanal. Dessa forma, situando a importância do artesanato para a economia da comunidade, torna-se relevante ressaltar que várias mulheres do Mendonça do Amarelão se reúnem para produzir as peças para vender e gerar lucro para as sobrevivências de algumas famílias. Como exemplo dos produtos produzidos e vendidos, estão filtros dos sonhos, colares, brincos, cocares, entre outros adereços de origem indígena e que eram ou continuam sendo utilizados em determinados eventos típicos da sua cultura.

Na elaboração dos produtos, fruto do trabalho da mulher indígena no Amarelão, a confecção acontece totalmente de forma manual, sem o auxílio de quaisquer equipamentos fabris. Ainda para a confecção das peças comercializadas, as mulheres artesãs utilizam penas de aves da região, inserem sementes de algumas plantas nativas da localidade, além de usarem também palhas de palmeiras, por exemplo.

Também é importante citar que, além dos que já dispõem na própria comunidade, essas mesmas mulheres costumam receber doações de outros materiais. Imediatamente, caracterizando assim a manutenção da cultura pelo trabalho indígena, usando como meio a técnica humana, é percebido que, diante de alguns fatores internos, o grupo se desmembrou e passou a produzir o artesanato individualmente. A arte produzida era vendida para pessoas das próprias pessoas que vivem na comunidade e/ou para grupos de turistas que visitam o Amarelão.

Além disso, para não se prender apenas ao uso do artesanato, atualmente, integrantes do Amarelão também vivem da coleta e venda da castanha de caju. Nesse sentido, existe uma festa da castanha que acontece anualmente no perímetro da comunidade. Tal festa não é considerada como atividade comercial, mas como uma exposição cultural. Nela, são feitas exposições de produtos, trilhas pelos arredores da comunidade indígena. No mais, os moradores do Amarelão aproveitam para expor e comercializar suas produções como artesanato, bebidas, comidas de caráter indígena, por exemplo.

Torna-se de suma importância tratar daquelas mulheres que estão sempre à frente dos diversos movimentos sociais que englobam a comunidade do Amarelão, aquelas que se encaixam no campo educacional e que rompem com as noções do senso comum sobre os papéis e as políticas de igualdade de gênero. Assim, Simonian (2009) mostra que as mulheres têm ocupado importantes papéis políticos, decidem estratégias essenciais voltadas à família e a sociedades, além disto, influenciam irmãos, pais, maridos e filhos nas questões políticas de suas competências.

Nota-se que, “nas últimas décadas, os povos indígenas têm demonstrado grande poder de organização e mobilização através do Movimento Indígena. Neste ponto reside a perplexidade da sociedade não índia” (JESUS, 2011, p.07). Nessa organização e mobilização é interessante pensar onde entra a figura da mulher indígena em seus variados espaços.

Dito isso, o que imediatamente chama atenção, especificamente, na comunidade indígena do Amarelão, são as presentes políticas de gênero envolvidas e desenvolvidas na divisão do trabalho [sexual] dentro local. Desta forma, nota-se que uma das características principais deste espaço é o chamado “empoderamento” feminino que vem tornando-se sinônimo de reflexão sobre noções de respeito, valorização e igualdade entre os gêneros. Portanto, percebemos que a presença feminina dentro da comunidade deve ser reconhecida e digna de prestígio e apreço.

Grande parte do desenvolvimento econômico da subsistência no Amarelão é da castanha e do artesanato. Artesanato esse que é produzido, desenvolvido e vendido, principalmente, por mulheres que se reconhecem enquanto indígenas do Amarelão. Destarte, essa força feminina percebida, está visível por toda a comunidade, considerando que se trata de mulheres que estão dispostas a enfrentar e romper os paradigmas que são apresentados pela sociedade colonizada para a aceitação ou não de funções desempenhadas pelo gênero.

Dessa maneira, segundo Tayse Campos³, uma das lideranças femininas do Amarelão, praticamente todas as mulheres são responsáveis por desenvolver algum trabalho dentro da comunidade:

A maioria das lideranças são mulheres, sempre foram mulheres. A minha mãe tá no movimento há quase 30 anos, começou com dona Terezinha, Chiquinha. Tivemos homens e ainda temos bastante jovens inseridos na causa, mas sempre com a política de igualdade de gênero, da participação. Mas as maiores lideranças da comunidade são mulheres, não só enquanto liderança, mas enquanto família, organização da comunidade. As mulheres foram as que sempre seguraram nos bons e nos piores momentos da comunidade. As mulheres que sustentavam os filhos enquanto os esposos estavam ausentes, no trabalho. A mulher tem um papel fundamental na comunidade (SILVA, Tayse, 2017).

Em consonância, Damiana Barbosa⁴, outra entrevistada, reforçou que a representação feminina no Amarelão é bastante significativa, ela menciona a importância da cozinha comunitária, pois o projeto é composto integralmente por mulheres indígenas da comunidade.

³ Entrevista concedida por SILVA, Tayse Michele Campos da, 34 anos. **Entrevista I.** [20 de junho, 2017]. Entrevistadora: Sílvia Letícia Bezerra Santos. João Câmara, 2017. 1 arquivo. MP3 (45 min.)

⁴ Entrevista concedida por NASCIMENTO, Damiana Barbosa do, 31 anos. **Entrevista II.** [20 de Junho, 2017]. Entrevistador: Sílvia Letícia Bezerra Santos. João Câmara, 2017. 1 arquivo. MP3 (20 min.).

Como importante ponto a ser refletido é que, ainda que não haja uma figura feminina como cacique, as mulheres do Amarelão estão socialmente inseridas no engajamento em campo político. Então, é preciso acentuar que elas possuem voz e a liberdade de opinar nas decisões que são referentes à comunidade. Logo, não é um fenômeno comum, uma vez que, historicamente, na sociedade nacional, restringia-se prioritariamente a homens os papéis sociais de maior destaque na organização e administração social.

Eram destinados aos homens os cargos de liderança e às mulheres ficavam responsáveis pelos serviços domésticos, reforçando as estruturas patriarcais. Para as mulheres, socialmente destinou-se “cuidar de sua beleza, arranjar-se é uma espécie de trabalho que lhe permite apropriar-se de sua pessoa como se apropria do lar pelo seu trabalho caseiro; seu *eu* parece-lhe, então, escolhido e recriado por si mesma” (BEAUVOIR, 2009, p.295).

Levando em consideração os papéis desempenhados pelas moradoras do Amarelão, podemos inferir que elas não representam apenas a figura da mulher indígena ou de uma mulher que não se subjugava. Vale analisar que elas representam uma mulher ciente do seu valor enquanto ser humano:

Quando se procura entender o papel da mulher na sociedade, há de se voltar o olhar para os primórdios da existência de nossa sociedade, dando ênfase à formação do sujeito, seus grupos e classes sociais. Desde a colonização do Brasil, o papel da mulher brasileira perpassa por funções às vezes exóticas, ora degradantes e até desumanas. Elas foram admiradas, temidas como representantes de Satã e foram reduzidas a objetos de domínio e submissão por receberem um conceito de “não-função”, tendo sua real influência na evolução do ser humano, marginalizada e até aniquilada (SILVA et al., 2005, p.71).

Dessa forma, utilizando como base para a discussão a análise dos relatos de algumas das mulheres residentes da comunidade do Amarelão que se consideram enquanto indígenas, é notório o fato de que o papel da mulher vai além da figura materna ou de dona de casa. Aqui, a mulher vem rompendo com inúmeros paradigmas deixados pelo patriarcado e que propagam o machismo. São essas mulheres que permanecem mantendo em proeminência o seu papel de guerreira e daquela que luta por aquilo que tanto almeja.

Em séculos passados, as mulheres indígenas passavam por uma série de obstáculos que as impossibilitavam de buscar sua independência. Como exemplo, em algumas culturas, algumas mulheres eram concedidas ao casamento desde muito cedo. Assim, logo após casar precocemente, já engravidavam e se tornavam mães. Por outro lado, não cabe aqui julgar as

regras de casamento entre povos indígenas, uma vez que as concepções de matrimônio são diferentes nas percebidas na sociedade envolvente.

Mais uma vez, em consonância com as ideias de Beauvoir (2009), o relato de Tayse Campos, assegura que durante um tempo atrás, quando as mulheres chegavam aos vinte anos e ainda não tinham se casado e construído uma família, era sinal de que elas eram portadoras de algum problema. Desta maneira, qualquer uma daquelas que tentavam buscar meios diferentes de viver a vida eram vistas de forma pejorativa, eram julgadas constantemente por suas escolhas desviantes do convencional para uma mulher. A partir desse depoimento, conseguimos notar que, em alguns aspectos sobre os papéis de gênero, os costumes indígenas são semelhantes aos referentes à sociedade nacional.

Por vez, é interessante asseverar que a maior parte dos homens que se consideram indígena e residem no Amarelão, demonstram um posicionamento de afastamento da administração da comunidade indígena. Percebe-se, a partir desse distanciamento, que os homens optam por dedicar-se à produção da castanha, à caça ou outras atividades fora da localidade.

Deste ponto em que os homens estão inseridos, é importante esclarecer que se trata, em sua maioria, de sujeitos que reconhecem e acreditam que as mulheres são, assim como qualquer figura masculina, capacitadas a assumirem cargos de destaque ou desempenhar inúmeras funções. Portanto, seguem apoiando as decisões das matriarcas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a visão que se tinha da mulher como símbolo da dona de casa e unicamente de reprodução, pode a ser ressignificada socialmente. Porém, ainda existe o pensamento perpetuado de que os homens são os responsáveis a prover o sustento à sua família e resguardar pelo bem-estar da mulher. Contudo, vale salientar que as mulheres têm conquistado cada vez mais o espaço que antes era frequentado substancialmente pela figura masculina. Ou seja, muitas delas já conseguiram ingressar em uma universidade, ter formação acadêmica e ser responsável pelo seu próprio sustento. O mesmo equivale para qualquer mulher, independente dela ser ou não indígena.

Desta forma, mulheres, considerando que sejam elas ou não indígenas, podem mostrar que são capazes de sobreviver e sustentar uma família, sem necessariamente, contar com o apoio de um homem para “defendê-las”, buscando superar as noções estereotipadas de seres frágeis, submissos e incapazes. Diante disso, é importante salientar que mulheres também podem ser bem-sucedidas nos estudos, no mercado de trabalho e

que ainda possuem as qualidades necessárias para conseguir, por conta própria, chegar até a seus objetivos; podem por elas mesmas alcançar seus sonhos.

Acreditamos ser essencial uma reflexão acerca das funções e dos papéis atribuídos à mulher ao longo da história do Brasil, especialmente em pleno século XXI. Para esse trabalho, a partir de conversas formais com mulheres indígenas, moradoras do Amarelão, foi possível entender que elas se mostram empenhadas na manutenção cultural e material de seus antepassados.

Nas entrevistas, aparece claramente a importância da presença feminina para a existência da respectiva comunidade. Independente da etnia, da classe ou do lugar específico, a mulher na sociedade brasileira conta com um longo histórico recheado de preconceito, discriminação e estado de submissão, quando comparada à figura masculina. Em contrapartida, podemos considerar que esse mesmo quadro vem significativamente se desfazendo, pois é pertinente notar que as mulheres estão ocupando cada vez mais funções diversificadas em setores na sociedade que antes não eram considerados dignos para o gênero.

Entendemos que ser mulher representa motivo de discriminação pelo fato da condição social que é designada ao gênero. Por sua vez, a mulher indígena sofre opressão não somente pelo fato de ser mulher, ou seja, pelo gênero. Assim, a mesma mulher é submetida à situação de discriminação e exclusão também pela própria questão da etnia.

Contudo, este artigo serve para entender que, mesmo em meio a preconceitos e estando constantemente oprimida, seja pelo ponto de vista das funções sociais ou pela participação na política, as mulheres do Amarelão enriquecem o desenvolvimento do movimento, apontando novas possibilidades onde os costumes não correspondem necessariamente aos mesmos modos de vida na sociedade envolvente, fruto de um pensamento machista e colonial.

Torna-se necessário relatar que, apesar de nenhuma das moradoras falar abertamente acerca de feminismo, é entendido que ele se encontra presente, uma vez que as referidas mulheres não se contentam apenas em seguir as convenções sociais ou o que manda os costumes de suas culturas.

Pensando desta forma, é interessante situar que as práticas democráticas e de igualdade desempenhadas por elas, trazem à discussão uma nova perspectiva dentro do engajamento feminino, diversificando o movimento de reação aos privilégios que são proporcionados historicamente aos homens.

Quando utilizamos o termo empoderamento, foi para designar às mulheres que “dominam” o Amarelão. Nesse caso, o mesmo termo pode ser entendido como histórico de lutas e pela força feminina desempenhada na

vida cotidiana, inserindo assim, um novo enfoque aos novos movimentos sociais e à diversidade sociocultural brasileira. Logo, atribuiu-se valor e reflexão às narrativas das personagens apresentadas e representadas neste artigo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (Série História). Coleção FGV de bolso.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BOADANA, Aline. O discurso anti-indígena: disseminação do preconceito através dos boatos. *Relem: Revista Eletrônica Mutações*, Parintins, v. 11, n. 6, p.76-95, dez. 2015. Disponível em: <periodicos.ufam.edu.br/relem/article/view/993>. Acesso em: 12 ago.2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)*. 2010. 468 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CAVIGNAC, Julie. A etnicidade encoberta: “Índios” e “Negros” no Rio Grande do Norte. *Mneme: Revista de Humanidades*, Caicó, v. 4, n. 8, p. 1-79, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/167>. Acesso em 30 de jun. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. *A temática indígena na escola: subsídios para os professores*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

GUERRA, Jussara Galhardo. *Mendonça do Amarelão: caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte*. 2007. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres Construindo outra história: do silêncio às múltiplas vozes indígenas no rio grande do norte. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/30-snh25?start=880>. Acesso em 30 jun. 2021.

GUERRA, Jussara Galhardo. Os Mendonça do Amarelão: identidade, memória e história oral. *Mneme: Revista de humanidades*, Caicó, v. 4, n. 8, p.182-197, set. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/172>. Acesso em: 10 jul. 2019.

Helder Alexandre Medeiros de. Reflexões sobre a questão indígena no Seridó: entre a história e o patrimônio cultural. *Revista Espacialidades*, Natal, v. 7, n. 1, p.217-238, 2014. Disponível em: (<https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/download/17696/11560/>). Acesso em: 15 ago. 2019.

JESUS, Zeneide Rios de. Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 01 - 14. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300935234_ARQUIVO_PovosindigenaseahistoriadoBrasil.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

LEAL, Caroline; ENEIDA, Heloisa; ANDRADE, Lara Erendira. *Guerreiras. A força da mulher indígena: Mulheres indígenas em Pernambuco: Afirmando tradições, identidades e protagonismos*. Rio de Janeiro: Centro de Cultura Luiz Freire, 2012.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2015.

SILVA, Glauce Corrêa da et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. *Revista da SBPH*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.65-76, jan. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-08582005000200006. Acesso em: 12 ago. 2019.

SIMONIAN, Ligia T. L. *Mulheres enquanto políticas: Desafios, possibilidades e experiências entre as indígenas*. Belém: Papers do Naea N° 254, 2009.

ZIMMERMANN, Tânia Regina; SERAGUZA, Lauriene; VIANA, Ana Evanir Alves. Relações de gênero e violência contra mulheres indígenas em Amanhabai (2007-2013). *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p.105-126, jan. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/download/53538/34130>. Acesso em: 12 ago. 2019.

FONTES

NASCIMENTO, Damiana Barbosa do. **Entrevista II**. Amarelão, João Câmara: Junho, 2017. Entrevista concedida a Sílvia Letícia Bezerra Santos.

O CANDEEIRO: Indígenas do Amarelão: Grupo Motyrum Caaçu e o resgate cultural no semiárido. João Câmara, jul. 2010.

SILVA, Tayse Michele Campos da. **Entrevista I**. Amarelão, João Câmara: Junho, 2017. Entrevista concedida a Sílvia Letícia Bezerra Santos.